

A CONSTRUÇÃO LABIRINTICA DA CIDADE DE IGNÁCIO LOYOLA BRANDÃO

SILVA NETO, J.C.¹; JARDIM, A.F.C.²

¹Discente do Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos Literários – UNIMONTES. ²Professor Dr. do departamento de filosofia - UNIMONTES.

Palavras chaves: Sociedade; Literatura; Espaço; Local.

Introdução

A literatura como elemento de uma sociedade tem papel importante na luta contra o autoritarismo, Candido em *Literatura e Sociedade* traz a autora Madame De Staél que trata objetivamente a questão: “a literatura é também um produto social, exprimindo condições de cada civilização em que ocorre” (Madame de Staél. *apud* Antonio Candido, 2006. p. 29). A literatura de Loyola é, portanto, o produto histórico da realidade a que estava condicionado, a obra que aqui será tratada, *Não Verás País Nenhum*, escrita durante dez anos e publicada em 1981 reflete a sociedade que Souza imagina que iria ser resultado das ações do presente, motivado principalmente pelo clima, pela luta para preservação do meio ambiente. A literatura luta contra aquilo que é desumano, que é retrogrado ao estado evolutivo do homem. O cenário cultural brasileiro reagiu através da arte em defesa da democracia brasileira no período ditatorial. Nessa pesquisa é objetivo analisar como a construção da nação acontece na obra distópica de Ignácio Loyola, onde é construída regida por um Sistema de governo autoritário, o Esquema.

Material e métodos /Metodologia

A metodologia utilizada Nessa pesquisa é de cunho bibliográfico e analítico, a partir da obra de Ignácio Loyola Brandão, *Não Verás País Nenhum*, (1981), decidiu-se analisar o espaço, o local que constitui a cidade distópica de São Paulo na obra. Para isso foram utilizados como arcabouço teórico Antonio Candido, *Literatura e Sociedade*, (1965), (2011), Stuart Hall, *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*, (2014), para abarcar a reflexão dessa construção que se apresenta labirintica, de barreiras.

Resultados e discussão

A cidade é um elemento necessário na análise de *Não Verás País Nenhum*, pois é a partir dela que se estabelece os papéis incumbidos aos cidadãos que habitam aquele local. A espacialização labiríntica revela as barreiras colocadas a fim de evitar o deslocamento de seus moradores em áreas que não se constituem como local de habitação de determinadas pessoas, o que é feito a partir de papéis atribuídos de acordo com a vontade do Esquema. Cecília Almeida Salles sobre a cidade de Loyola diz: “Vimos uma cidade (espaço) com estatutos de personagens; uma cidade de um determinado tempo agindo como personagem; personagens buscando suas formas de desenvolvimento dependentes desse espaço e desse tempo.” (SALLES, 1990, p. 198.). A cidade cumpre seu papel de setorização, classificação e permissão subjetiva e imaginária para seus habitantes transitarem e se constituírem como peças numa sociedade dividida e fragmentada.

A tomada de território dos cidadãos é um elemento que se desenvolve do início ao fim da trama, havendo sempre a necessidade de criar mecanismos que retirem o direito ao espaço, ao

território. Isso se constitui de variadas maneiras, desde o despejo de mortos nos bairros, a necessidade de fichas para transitar entre os espaços, a destruição da identidade do indivíduo que o leva-o as ruas, e por conseguinte às marquises. Uma estratégia complexa e bem pensada para direcionar as pessoas ao local destinado a essas, na obra, as Marquises Extensas.

A cidade assume formas conforme a narrativa se afunila para a destruição total, em direção ao panóptico, às Marquises Extensas. A prisão física e moral, nas palavras de Salles, “É assim que Loyola vai nos apresentando a sua São Paulo de “Não Verás”: uma prisão física e moral, um estado de ânimo (desanimo). São Paulo é seu megafone, e Souza (como ninguém) não vive impunemente numa cidade. (SALLES. 1990. p. 199).

O espaço molda o sujeito que o habita, o espaço físico, material e moral são instrumentos de adestramento de uma estrutura labiríntica como é posta na obra, nos mapas desenhados pelo próprio Loyola. A hipótese que se levanta é a relação do espaço da cidade no processo de disciplina do sujeito dado na obra de Loyola. Foucault¹ chama atenção para a organização física da vigilância hierárquica que recai por sobre àqueles subjugados em processo de adestramento disciplinar, “Esses ‘observatórios’ têm um modelo quase ideal: o acampamento militar. É a cidade apressada e artificial, que se constrói e remodela quase à vontade;” (FOUCAULT. 2014. p. 168). O que nos remete às Marquises Extensas, que segundo Souza, não passava de uma grande laje sustentada por colunas.

As curvas, quadrados, formas geométricas são utilizadas e dispostas de maneira no mínimo diferente do que estamos acostumados, ou seja, esperamos ruas retas, avenidas longas que atravessam a cidade, a facilidade em locomoção e o tempo gasto no trajeto do ponto A a B são de extrema importância e servem a um propósito de uma comunidade. Diferente disso a cidade de Souza, o que restou do Brasil cartografado por Loyola, nos leva a refletir sobre as intenções de quem projetou a cidade na obra, marcado pelo Esquema.

A disposição dos blocos revela uma forte tentativa de pausa, de levar ao erro, freando a todo momento qualquer tentativa de avanço, qualquer esforço para percorrer a esse trajeto. Se o mar de Moisés se abriu para os hebreus, o mar de pedra quente de Loyola certamente faz o oposto. Os não lugares presentes, as interseções dos encontros das figuras geométricas.

A respeito da disposição do espaço na obra, o autor constrói a cidade em formas geométricas organizadas de forma desorganizada, criando barreiras e labirintos no tráfego urbano. Compõe essa região: *A bateria de ventiladores, Faixa dos que se locupletaram, O campo de Descarregamento, a Classe Média Possuidora, Círculo dos Assessores Embriagados, O Centro Esquecido de São Paulo* e alguns locais abandonados. O nome “Centro Esquecido” revela a subjetividade na ação de exaltação da memória ao mesmo tempo que tal sentido é esquecido e posto apenas para simbolizar um vislumbre arquitetônico de construções antigas que formaram a cidade. Para além disso a arquitetura se desdobra em novas construções geométricas a fim de implicar ao sujeito seu local diante do local que esse é autorizado a estar, mais uma forma de individualização do indivíduo, portanto, do contato social.

Conclusão(ões)/Considerações finais

O local é a descrição do exemplo que o filósofo Foucault utiliza para explicar a vigilância hierárquica, um acampamento militar, construído geometricamente, “define-se exatamente a geometria das aleias, o número e a distribuição das tendas, a orientação de suas entradas, a disposição das filas e das colunas, desenha-se a rede dos olhares que se controlam uns aos outros.” (FOUCAULT. 2015. p.168). Na distopia de Loyola o terror é o principal método para infligir a disciplina e pacificação neste local, pois um simples empurrão ao sol conferiria morte imediata: “Ficar na borda da Marquise representa perigo. Você pode escorregar ou ser empurrado. Cuidado! Morte imediata ao sol!” (BRANDÃO, 2012. p. 229). O controle sobre os corpos é incessante, é

¹ FOUCAULT. Vigiante e punir. 42. Ed. 2014.

informado: “Favor não se movimentarem muito, a fim de facilitar nosso trabalho.” (BRANDÃO, 2012, p. 231).

É perceptível o sentimento de desgaste e incompletude que é sentido por Souza em um momento de reflexão da realidade e da loucura. Esse é o estado de fragmentação e incompletude que o *Esquema* busca para seus indivíduos, possíveis ameaças, tornando-os corpos doces, adestrados e constantemente vigiados. O local que ambienta a última parte do romance de Loyola é propriamente subjetivado, é idealizado fantasiosamente como a única “proteção” aos que restaram, foram deixados de lado, mas assim como o gado, é colocado numa espécie de curral, em que o não cumprimento das ordens leva “a morte imediata”. E eles o fazem também através do local, da construção de labirintos acessíveis ou não, a depender do seu poder de posse sobre fichas de acesso, de trânsito, de água e alimentos.

A construção da cidade de Souza cumpre um propósito, o de eliminar, despejar em currais (as Marqueses Extensas), todos aqueles que não fazem parte da estratégia de tomada e venda do território nacional para outros países, o que acaba por tornar o local do país em nenhum, um país completamente recortado e vendido, destituído dos seus verdadeiros donos.

Referências

- BRANDÃO, Ignácio de Loyola. **Não Verás País Nenhum**. São Paulo: Global Editora. 1ª edição digital. 2012.
- CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul. 2006.
- CANDIDO, Antonio. **O Discurso e a cidade**. São Paulo: Duas Cidades. 1998.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 42ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes. 2014.
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2006.
- REIMÃO, Sandra. **Repressão e Resistência: censura a livros na ditadura militar**. 2011.
- SALLES, Cecília Almeida. **Uma criação em processo: Ignácio de Loyola Brandão e Não verás país nenhum**. 1990. 255 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1990.
- SALLES, C. A. **A planta da cidade: uma leitura genética de Não verás país nenhum**. *Cadernos de Literatura Brasileira*, São Paulo, n. 11 (Ignácio de Loyola Brandão), p. 136-142, 2001.

ANEXO I

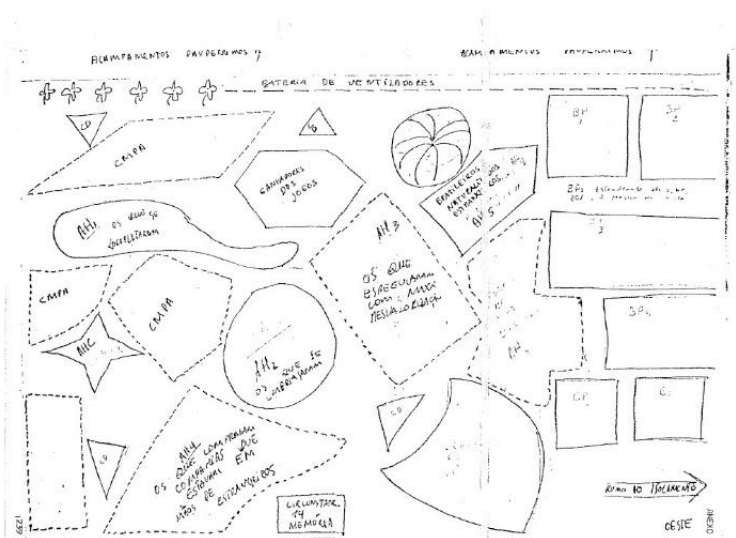


Figura 1. Mapa da cidade. Fonte: Ignácio de Loyola Brandão.